

licenciada Maria do Rosário Lagarto Pereira, a exercer funções especializadas no Gabinete de SS. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, para, em regime de substituição e com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, exercer o cargo de Directora de Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

27 de Dezembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltês*.

Síntese curricular

Nome — Maria do Rosário Lagarto Pereira Data de Nascimento — 7 de Julho de 1968 Naturalidade — Estremoz — Évora Categoria profissional — Técnica superior assessora dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada Habilitações literárias — Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1994.

Actividade Profissional: 2005 — 2007: Exercício de funções de assessoria técnica especializada, na área de recursos humanos, no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, do XVII Governo Constitucional (nomeação ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho); 2001 — 2005: Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; 1995 — 2001: Técnica superior do quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada; 1991 — 1994: Assistente Administrativa do quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada.

Participações em comissões e grupos de trabalho: Por despachos dos Ministros da Justiça dos XV e XVII Governos Constitucionais Grupo de Trabalho “Justiça e Segurança”, no âmbito do I e II Planos Nacionais contra a Violência Doméstica; Por despacho dos Ministros da Justiça dos XV e XVII Governos Constitucionais Coordenadora, no âmbito do Ministério da Justiça, do Projecto-piloto na área da Prostituição e Tráfico de Mulheres em Portugal, projecto desenvolvido em parceria nacional e transnacional envolvendo os seguintes países — Portugal, Alemanha, Polónia, Itália, Estónia e Lituânia; Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça do XVII Governo Constitucional Coordenadora do Grupo de Trabalho que, no âmbito do Ministério da Justiça, e em articulação com os serviços e organismos integrados no departamento ministerial, procedeu à elaboração das Leis Orgânicas do Ministério da Justiça e dos serviços e organismos nele integrados, em desenvolvimento do Programa PRACE; Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça do XVII Governo Constitucional Coordenadora do Grupo de Trabalho que procedeu à elaboração dos trabalhos técnicos de reavaliação de carreiras e remunerações existentes no âmbito do Ministério da Justiça, tendo por base a proposta de lei apresentada à Assembleia da República sobre vínculos, carreiras e remunerações.

Formação Profissional: Frequência de mais de três dezenas de acções de formação e seminários, incluindo o Seminário de Alta Direcção, concluído em Maio de 2005.

Monitoragem de cursos de formação e seminários: Formadora em acções de formação sobre o Código do Procedimento Administrativo; Formadora em acções de formação sobre Legislação Laboral e Relação Jurídica de Emprego; Férias, Faltas e Licenças e Estatuto Disciplinar; Formadora nos 1º e 2º Seminários de Preparação para a Aposentação — “O estatuto do Aposentado”, promovidos pela Câmara Municipal de Almada.

Despacho n.º 1090/2008

Considerando a conclusão, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, dos processos de fusão e de reestruturação encetados na sequência da entrada em vigor da nova Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril, determinada a sua estrutura nuclear, constante da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, e flexível, por meu despacho de 22 de Maio de 2007, proferido ao abrigo do estatuído no artigo 21º da lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e na alínea f) do n.º 1 do artigo 7º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, dentro dos limites fixados na Portaria n.º 557/2007, de 30 de Abril, importa proceder à nomeação dos dirigentes intermédios de 1º grau, com vista a operacionalizar a nova estrutura orgânica do serviço;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 1º grau são recrutados de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam os requisitos previstos no artigo 20º da lei 2/2004, de 7 de Abril, republicada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, designadamente, licenciatura e seis anos de experiência profissional na carreira técnica superior, com o perfil, experiência, conhecimentos e formação adequados, nos termos dos artigos 11º e 12º do mesmo diploma, conjugados com o disposto no artigo 4º da Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro;

Considerando que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, com observância de todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do artigo 27º do diploma supra

referido, nos casos de impedimento e ausência do titular ou, como se verifica, em caso de vacatura do lugar;

Considerando que o licenciado Luís Cecílio Vidal Gonçalves, técnico superior assessor do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, reúne todas as condições para o exercício das funções, sendo detentor do perfil, da experiência, dos conhecimentos e da formação adequados, como sobressai da súmula curricular em anexo ao presente despacho, porquanto é licenciado em Direito, com mais de 15 anos de experiência profissional na carreira técnica superior, no Ministério da Justiça, tendo ainda frequentado com aproveitamento o Seminário de Alta Direcção, em Março de 2005;

Nomeio, ao abrigo do disposto nos artigos 11º, 12º, 20º e 27º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com o artigo 4º da Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro, o técnico superior assessor do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, licenciado Luís Cecílio Vidal Gonçalves, para, em regime de substituição e com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, exercer o cargo de Director de Serviços do Departamento de Gestão do Subsistema de Saúde e Acção Social Complementar da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

27 de Dezembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltês*.

Síntese curricular

Nome — Luís Cecílio Vidal Gonçalves Data de nascimento — 12 de Março de 1963 Naturalidade — Anjos, Lisboa Categoria actual — Técnico superior assessor (2006)

Habilitações académicas — Licenciado em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (1986, 14 valores).

Actividade profissional na Administração Pública 2003 — 2007: Chefe de divisão de Coordenação, Gestão e Administração de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e coordenador da Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; Director de Serviços do Gabinete Jurídico da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; Coordenador da Divisão de Planeamento e Programação de Investimentos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; Técnico superior principal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2000 — 2003: Técnico superior principal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado.

1990 — 2000: Subdirector-geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça; Director de serviços de Planeamento e Coordenação Técnica do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça; Vogal suplente do Ministério da Justiça no Conselho Superior de Estatística; Chefe de divisão de Estatísticas da Justiça do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça; Estagiário da carreira técnica superior, técnico superior de 2ª classe e técnico superior de 1ª classe do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.

Despacho (extracto) n.º 1091/2008

Por meu despacho de 27 de Dezembro de 2007, Maria Manuel Tirado Conceição Teixeira, nomeada, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo, escalão 1, índice 269, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, nos termos do disposto no art. 41º, n.º 1 do DL 204/98, de 11 de Julho e art. 17º, n.º 1 alínea a) do DL 353-A/89, de 16 de Outubro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

27 de Dezembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltês*.

Despacho (extracto) n.º 1092/2008

Por meu despacho de 28 de Dezembro de 2007, autorizo a cessação da comissão de serviço do chefe de divisão de coordenação, gestão e administração de recursos humanos desta Secretaria-Geral, licenciado Luís Cecílio Vidal Gonçalves, com efeitos a 31 de Dezembro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

28 de Dezembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltês*.

Direcção-Geral de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 1093/2008

Por meu despacho de 2007.11.08:

Licenciada Isabel Maria Simões Ferreira, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — reconhecido o direito ao provimento na categoria de assessora principal da carreira técnica superior (escalão 1; índice 710), com efeitos a 14.10.2006, nos termos do disposto no n.º 1. do artigo 30.º, da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, precedendo confirmação da Secretária-Geral Adjunta, no uso de competência delegada pela Secretária-Geral do Ministério da Justiça. (Isento de fiscalização prévia do TC).

28 de Dezembro de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.